



# MEMÓRIA INSTITUCIONAL: UM CASO CONCRETO

José Lopes de Oliveira

---

Neste artigo, o autor discute a autenticidade da memória oficial relativa às organizações militares do Exército, através da análise histórica sobre a origem do 2º Batalhão de Infantaria de Selva (2º BISI).

---

No dia 12 de janeiro de 1616, quando Francisco Caldeira de Castello Branco desembarcou em terra amazônica e mandou construir o Forte do Presépio, com ele desembarcaram três companhias de infantaria, com um efetivo total aproximado de 150 homens, comandados pelos capitães Álvaro Netto, Pedro de Freitas e Antônio da Fonseca. Essas companhias foram reforçadas, três anos depois, por 80 soldados vindos de Pernambuco e chefiados por Bento Maciel Parente. Foi esse conjunto de soldados que serviu de quadro para incorporar às suas fileiras colonos e índios, conforme fossem às necessidades de guerra. E essa organização perdurou, embora pouco consistente, até a metade do século seguinte, quando se assinala a presença de quatro companhias avulsas de infan-

taria paga, cada uma com um capitão, um alferes, dois sargentos, quatro cabos de esquadra e quarenta soldados.

Não há conveniência, para nosso objetivo, detalhar os serviços prestados por essa tropa. Embora de organização fluída, regia-se ela por um regulamento bastante minucioso e que, estando em vigor pelo menos até 1694, fora mandado imprimir, em 1570, pelo rei D. Sebastião, com o título de “Regime dos Capitães Mores e mais Capitães Oficiais das Companhias de Gente de Cavalo e a Pé”

As cartas de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a seu irmão, o Marquês de Pombal, descrevem, desde a chegada daquele em Belém, o miserável estado em que encontrara a tropa, e a necessidade urgente de vesti-la, pagá-la, aquartelá-la e aumentar seus efetivos.

A conseqüência foi a chegada à sede do governo paraense, no dia 19 de julho de 1753, de dois Regimentos de Infantaria, que tomaram a denominação, um, de "Regimento da Cidade", por destinar-se a guarnecer Belém, e, o outro, de "Regimento de Macapá", por dever servir à guarnição da fortaleza de Santo Antônio de Macapá, e dar, também, guardas para as demais fortificações da área. Neles foram incluídos os poucos soldados do antigo Corpo de Infantaria.

Somente em 1802 alterou-se essa organização da infantaria, quando então foi enviado para Belém o Regimento de Extremoz, a fim de fazer face à ameaça de ataque francês. Passaram, então, os Regimentos a ter a numeração de 1º a 3º, na ordem de chegada em Belém.

A Junta Provisória organizada em Belém após a adesão do Pará à Independência do Brasil resolveu, ainda em 1823, dissolver os três Regimentos de Infantaria, fundindo-os em um só, ao qual foi dado o nome de Regimento Imperial.

A reorganização do Exército, em 1824, sob o signo do Brasil independente, numerou novamente as unidades do Pará, que passaram a ser os 24º e 25º Batalhões de Infantaria. Foi essa tropa que, com seus oficiais e praças altamente politizados, participou de todos os motins que envolveram brasileiros e portugueses até o ano de 1831. Neste ano, o 24º Batalhão de Infantaria passou a denominar-se 16º Batalhão de Caçadores (16º BC). O 25º Batalhão de

Infantaria foi dissolvido, aparecendo, no entanto, na história da Cabanagem, um batalhão da Guarda Nacional com esse número. A confusão gerada pela rebelião cabana fez com que os próprios revoltosos desarmassem a tropa-de-linha, o que foi mandado executar por Francisco Vinagre, Comandante das Armas do novo governo, desaparecendo o 16º Batalhão de Caçadores.

Independentemente dos acontecimentos do Pará, o governo imperial, em 1834, havia reorganizado mais uma vez a tropa regular, passando o Pará a contar com os 4º e 5º Batalhões de Caçadores (4º e 5º BC), cujos "cascos" vieram do Sul com o governador legal nomeado, o Marechal Manoel Jorge Rodrigues. Com esses dois batalhões, reforçados com outros vindos depois, os legalistas deram combate aos cabanos.

Em 1839, a Regência fez sua última reorganização das forças de terra, que, no Pará, limitou-se à mudança de números, pois permanecendo o 4º Batalhão de Caçadores, transformou-se o 5º BC em 9º BC. Já no Segundo Império o Pará foi contemplado com a criação do 5º Batalhão de Fuzileiros, unidade bem mais poderosa do que os batalhões de caçadores, pois estes se constituíam de seis companhias, com efetivo total de 557 homens, enquanto que aqueles enquadravam 882 homens em oito companhias.

Em vista da precariedade de informações, e até pesquisas históricas mais aprofundadas, admitimos que

a província do Pará, incluindo o governo do Rio Negro e as fronteiras, teria, na primeira metade do século XX, para sua defesa, o 4º BC, o 5º Batalhão de Fuzileiros e o 4º Batalhão de Artilharia a Pé. E este era o efetivo paraense quando, como vamos ver adiante, atribuiu-se o nascimento do 2º Batalhão de Infantaria de Selva (2º BISI), à criação, em 1842, do Corpo Fixo de Caçadores do Piauí.

Em 1851, abre-se uma nova fase de organização do Exército, e Belém aquartela o 11º Batalhão de Infantaria (11º BI), ganhando a nova província do Amazonas um Corpo de Guarnição Fixa, com quatro companhias de infantaria. Não há dúvida de que a tropa-de-linha de infantaria que representou o Pará na Guerra do Paraguai, de 1865 a 1870, foi este 11º BI, com quadros e tropa paraense.

Em 1883, abre-se um novo caminho a ser seguido pelo estudo do histórico do 2º BISI. Em fins de fevereiro daquele ano, o 11º BI foi removido para Fortaleza, Ceará, por troca com o 15º Batalhão de Infantaria (15º BI), ali sediado até então. Não houve, como muitos pensam, uma renumeração, e sim uma transferência devido à atitude antiescravista tomada pela unidade cearense, “como se nesta região a idéia abolicionista precisasse do poderoso concurso dos heróis desterrados. Aqui vem o brioso batalhão encontrar a mesma família e nós, em nome dos abolicionistas da Amazônia, sauda-

mo-lo com a expressão da mais viva simpatia” (*Diário do Grão-Pará*, de 14 de março de 1883, citado por J. A. Saraiva Câmara, em sua Biografia do General Tibúrcio). Como sempre acontece em casos de mudança coletiva a título de punição, aos poucos os componentes — oficiais e praças — de uma e outra província foram conseguindo regressar à terra natal, e, logo, o 15º BI, em Belém, já contava novamente com seu efetivo paraense, enquanto que o 11º BI, em Fortaleza, se constituía, tão-somente, de cearenses.

No histórico do 15º BI constam o seu apoio decisivo à proclamação da República, em Belém, e sua destacada atuação na Campanha de Canudos. A numeração da unidade não se alterou até 1908, quando, pelo decreto nº 6.971, que remodelou todo o Exército, passou a tropa infante do Pará a ter o designativo de 47º Batalhão de Caçadores (47º BC). Em 1919, pelo decreto nº 13.916, o 47º BC deu lugar ao 26º Batalhão de Caçadores (26º BC), que chegou aos nossos dias atravessando toda a fase revolucionária de 1922 a 1930, participando do combate à revolta paulista de 1932 e tendo parte saliente nas agitações extremistas de 1935 e 1938, sempre ao lado da lei e da ordem. Durante a II Grande Guerra, o 26º BC preparou os contingentes destinados à Força Expedicionária Brasileira e às diferentes guarnições criadas para a guarda do território nacional. Em 1964, sua atuação foi decisiva para a tranqüila vitória da

Revolução daquele ano, tanto em março como em junho.

Finalmente, o decreto nº 65.135, de 11 de setembro de 1969, em modernização necessária, o 26º BC transformou-se no atual 2º Batalhão de Infantaria de Selva.

\* \*

Uma “Síntese Histórica do 2º BISI” datada de agosto de 1970, distribuída aos quartéis regionais, informou que:

“Por decreto nº 2.263, de 6 Out 860, foi criado o Corpo de Guarnição do Piauí. Por Aviso Ministerial de 17 Mai 865, o 15º BI, integrando a guarnição do Amazonas, com sede em Manaus... Em 11 Fev 909, passou a denominar-se 47º BC, com sede à Praça Justo Chermont...”

Um “Esboço Histórico do Exército na Amazônia”, impresso pelo Comando Militar da Amazônia, em 1971, no capítulo “Síntese Histórica da 8ª Região Militar”, disse:

“Por decreto nº 214, de 20 de agosto de 1842, foi criado o Corpo Fixo de Caçadores do Piauí. Por decreto nº 782, de 19 de abril de 1851, foi transformado em 1/2 do Piauí (?). Por decreto nº 2.262, de 6 de outubro de 1860, houve a mudança de denominação para Corpo de Guarnição do Piauí. Por decreto nº 3.555, de 9 de dezembro de 1865, houve a mudança de denominação para 15º Batalhão de Caçadores. Por decreto nº 4.672, de 12 de agosto de 1870, continuou (?) no Paraguai. Por decreto

nº 10.015, digo 10.015, de 18 de agosto de 1888, tomou a denominação de 15º BI, integrando a guarnição de Manaus...” Depois de afirmar que o 15º BI teve 46 anos de vida, tomou parte na Guerra do Paraguai e na Campanha de Canudos, continua o autor ou autores do “Esboço...”, somente então, fazendo a vinculação de uma unidade de infantaria a Belém do Pará:

“Portaria de 28 de novembro de 1908, foi criado (*sic*) o 47º Batalhão de Caçadores, organizado com as três companhias do 15º BI, com sede em Belém do Pará.”

A seqüência acima foi adotada pelos comandantes do 2º BISI, para fixar a data de aniversário de sua unidade em 20 de agosto. A Ordem do Dia desta data, de 1971, comemorativa do 129º aniversário do batalhão, reza:

“Da História emerge o ato rotineiro da criação da nova Unidade do Exército: 20 de agosto de 1842. Surgia o Corpo Fixo de Caçadores do Piauí...” E, adiante, repetindo o “Esboço...” acima transcrito, forma uma singularíssima sucessão: “Corpo Fixo de Caçadores... Corpo de Guarnição do Piauí... 15º Batalhão de Caçadores... 26º Batalhão de Caçadores, ainda tão lembrado... e hoje o nosso 2º Batalhão de Infantaria de Selva...”

Mais difícil torna-se a história do 2º BISI, à medida que decorrem os anos, e a cada aniversário acrescenta-se mais um duvidoso elo. Como exemplo, o boletim comemorativo

publicado em 20 de agosto de 1988 repete que o 2º BISI foi criado através do decreto imperial de 20 de agosto de 1842, como Corpo Fixo de Caçadores do Piauí, com sede em Teresina (que foi fundada em 1852, para ser a capital da província, até então em Oeiras). E prossegue: em 6 de outubro de 1860, novo decreto imperial mudou sua denominação para Corpo de Guarnição do Piauí, mantendo a sede na mesma cidade. Cinco anos mais tarde, no dia 9 de dezembro de 1865, passou a chamar-se 15º Batalhão de Caçadores e a integrar a guarnição do Amazonas, com sede em Manaus. Posteriormente, sua sede foi transferida para Belém. Como 15º BC, o batalhão teve participação ativa na Guerra do Paraguai (durante a referida guerra, não existiam batalhões de caçadores, mas somente batalhões de infantaria. O 11º BI já havia partido, em março, para o sul, de Belém). E prossegue: Permanecendo (*sic*) em Belém, o 15º tomou a denominação de 15º BI, através do decreto nº 10.015, de 18 de agosto de 1888. Através de uma portaria, foi criado o 47º BC, renumerado para 26º BC, e, finalmente, para 2º BISI, este em 1969.

\* \*

Estabelecida a linha de parentesco do 2º BISI, com suas raízes fixadas na fundação de Belém, fortes laços coloniais e firmes ligações no Império, alongadas na República, não vislumbramos qualquer possibilidade de

sua dependência, sequer colateral, com a tropa do Piauí ou do Amazonas. Além do mais, até ironicamente, na organização de 1831, caberia ao 16º BC, de Belém, o encargo de fornecer tropas, se necessário fosse, ao Maranhão e ao Piauí.

Por mais que nos esforçássemos, não conseguimos descobrir por quais insondáveis caminhos da pesquisa histórica chegou-se a tão estranhos resultados. Procuramos investigar sobre se, em determinado momento histórico o 15º BI, de Fortaleza, vindo para Belém por troca com o 11º BI, poderia ter estado vinculado ao Corpo Fixo de Caçadores do Piauí, mas, ao contrário, verificamos que, por decreto de 1º de dezembro de 1824, foram criados, simultaneamente, o 22º BC na capital cearense e o 20º BC, no Piauí (Apud Barroso, 1978, 47), o que afasta qualquer possibilidade de sucessão de um para outro.

A permanência da data em que atualmente é comemorado o aniversário do 2º BISI — 20 de agosto — fará com que a infantaria paraense perca duzentos anos de história. Cabe, pois, reconhecer que, por sua cadeia evolutiva, deveria o batalhão comemorar seu aniversário em 12 de janeiro, quando a tropa vinda do Maranhão, em 1616, pisou no promontório que, depois, suportaria o forte do Castelo; ou poderia ser o dia 19 de julho, que marca a chegada, em 1753, dos regimentos vindos de Portugal, sendo um o da Cidade.

\* \*

Em 1984, o comando do 2º BISI requereu, por intermédio do comando regional, a concessão do Estandarte Histórico para a Unidade, argumentando com a genealogia citada a partir das três Companhias participantes da fundação de Belém, do Regimento da Cidade e das unidades intermediárias, até chegar aos 11º e 15º BI, que se continuaram nos 47º BC, 26º BC e 2º BISI. A base principal do pleito estava no combate ao inimigo estrangeiro por seu elemento formador, o 11º BI.

O pedido foi negado.

“O 11º BI”, diz o estudo enviado ao Cmt do 2º BISI, “não é elemento formador do atual 2º BISI. Aquele batalhão, inicialmente sediado em Belém, sofreu *sucessivas* mudanças de sede, terminando sua cadeia evolutiva no atual 17º BI (Cruz Alta, RS), *que herdou a honraria do Estandarte Histórico devida ao 11º BI* por ter o mesmo participado de luta contra o inimigo externo”.

Houve recurso, calcado no fato de o 15º BI, reconhecido pelo mencionado estudo como elemento formador 2º BISI, ser oriundo do 14º BI, de Fortaleza, e este ter participado da Guerra do Paraguai com idênticas honra e glória. Argumentou-se ainda que, se por outro lado, o 2º BISI descendia do 15º BI, do Piauí, por renumeração, este, como os 11º e 14º BI, também havia tomado parte naquela guerra.

Finalmente, foi aceita a argumentação, e o 2º BISI foi agraciado com o Estandarte Histórico, por ter como

elemento formador o 14º BI, de Fortaleza, ou o 15º BI, de Terezina, mas não o 11º BI, de Belém do Pará.

O caso concreto relativo ao histórico e ao estandarte do 2º BISI, não obstante a aridez do tema e o enfadonho da exposição, serve para demonstrar o efeito perverso causado por seguir-se a evolução de uma Unidade e a concessão de honrarias por meio da renumeração da OM, e não pela continuação na sede de uma outra que deve herdar o vínculo legal e o acervo da OM anterior, como bem lembrou o Cel Davis Ribeiro de Sena, em artigo na *Revista do Exército Brasileiro* (Abr/Jun 88), a respeito do atual 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado.

A Comissão de História do Exército, criada posteriormente aos episódios que narramos referentes ao 2º BISI, possui uma “Subcomissão de Memória Institucional”, à qual, cremos, competirá a coordenação da pesquisa e o estabelecimento correto dos fatos que determinarem a história das OOMM desde sua criação, de suas instalações físicas, dos uniformes de seus componentes, de suas mudanças de sede e de designação, e de sua posição social face à comunidade em que vive.

Caberá, pois, a essa subcomissão o encargo de orientar seus representantes nas sedes das Regiões Militares, os membros dos Institutos Históricos Estaduais, os sócios efetivos e correspondentes do Instituto de Geografia e História Militar do Bra-

sil, de modo a ser seguida uma única diretriz no estudo de tais aspectos.

E só então, quando a OM designada por sua Denominação Histórica, abater nos desfiles seu Estandarte Histórico ante o Símbolo da Pátria, não estarão somente em suas fileiras os soldados orgulhosos das honrarias que forma concedidas à sua Unidade por seu passado glorioso, mas também, e principalmente, todos os filhos da terra que, por seus ancestrais, ajudaram a merecê-lo.

Assim, e somente assim, as honrarias mencionadas tornar-se-ão lídimo elos de ligação, nas guarnições militares, entre seus componentes e a população civil.

## REFERÊNCIAS

- BAENA, Antonio Ladislau Monteiro — *Compêndio das Eras da Província do Pará* — Universidade Federal do Pará, Belém, 1969.
- BARROSO, Gustavo — *História Militar do Brasil* — 2ª ed., Cia. Ed. Nac., Rio, 1938.

- CÂMARA, José Aurélio Saraiva — *Um Soldado do Império. General Tibúrcio e seu Tempo*. Liv. José Olimpio Ed., Rio, 1978.
- CUNHA, Euclides — *Obras Completas*. Ed. Aguiar, Rio, 1966.
- FRAGOSO, Augusto Tasso — *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, Bibliex, Rio, 1959.
- GALVÃO, Walnice Nogueira — *No Calor da Hora*. Ed. Ática, Rio, 1974.
- JOURDAN, E. C. — *História das Campanhas do Uruguai, Mato Grosso e Paraguai*. Imprensa Nacional, Rio, 1893/94.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de — *A Amazônia na Era Pombalina* — Correspondência Inédita do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1759). Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, S/D.
- OSÓRIO, Fernando Luiz — *História do General Osório*. Edição fac similar. Tip. G. Leuzinger e Filhos, Rio, 1894.
- PEREIRA, Andres — *Relação do que há no Grande Rio das Amazonas Novamente Descoberto*. Ano de 1616 — Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. T. I. — Belém, 1968.
- SCHNEIDER, L. — *A Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo da República do Paraguai (1864-1870)*, Imprensa Militar, Rio, 1923/1928.
- ODRAG — *Ordens do Dia da Repartição do Ajudante General do Exército*, Rio, 1864 a 1971. 1897.



**Cel Ref Inf JOSÉ LOPES DE OLIVEIRA.** Nascido em Santiago do Boqueirão (RS) e radicado em Belém (PA). Cursos: CMPA, EMR, EsAO, ECEME, Planejamento da FGV e Avaliação de Projetos da UFPa. Membro efetivo do Instituto Histórico do Pará. Fascinado pelo norte brasileiro, e principalmente pelo seu interior, tem, por isso, cinqüenta anos de vivência amazônica, voltados para seus problemas históricos e geográficos.